

TERRITORIALIDADES NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ASSENTAMENTO 8 DE ABRIL – JARDIM ALEGRE/PR

Cleiton Costa Denez - Doutorando em Geografia pela UEM
cleiton.denez@hotmail.com

RESUMO:

O seguinte texto tem como objetivo analisar as territorialidade presentes na organização política do Assentamento 8 de Abril em Jardim Alegre/PR. Para se compreender a organização política do assentamento o estudo se baseou na análise dos processos relacionais internos e externos dos assentados com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem (MST), o Estado e Partidos Políticos. Para tanto a pesquisa se fundamentou principalmente em pesquisa in loco com observações e entrevistas. O assentamento é resultado de uma correlação de forças que produz suas características sociais, que se expressam por meio de sua organização interna, pautada no MST, nas instituições públicas, partidos políticos que atuam ou influenciam o 8 de Abril e o município Jardim Alegre, ou estruturas públicas que influenciam os assentados de forma direta ou indireta.

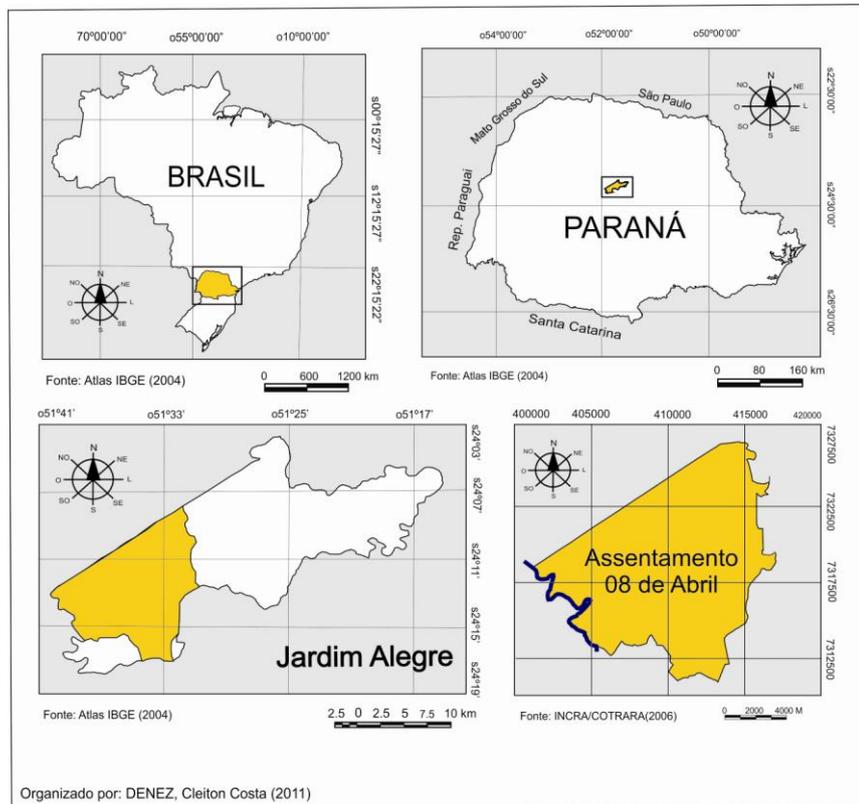
Palavras-chave: Territorialidades, Assentamento, Município, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

INTRODUÇÃO

O assentamento em questão se territorializou no espaço em que antes havia a Fazenda Corumbataí, também conhecida como fazenda “Sete Mil” em 08 de abril de 1996. A fazenda permaneceu ocupada de 1996 até 2004, como um acampamento do MST, até a data de sua aquisição pela União, em que passou a ser um assentamento. O objetivo do presente trabalho é analisar as territorialidades produzidas a partir do processo relacional na organização política do Assentamento 8 de Abril em Jardim Alegre/PR (mapa 1). Para tanto foram realizadas pesquisas bibliográficas, documental, observação in loco e entrevistas com assentados, professores das escolas do assentamento e líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no assentamento.

A presença dos assentados em Jardim Alegre, com um direcionamento ideológico pautado nas diretrizes do MST, juntamente com a cultura permeada pelas

relações locais, resultou em uma identidade local específica. Esta caracteriza o assentamento, dotando-o de aspectos únicos e, ao mesmo tempo, identificáveis com grupos semelhantes. Mesmo com as diretrizes características do MST, que são, até certo ponto, rígidas na sua perpetuação sobre os espaços ocupados, o assentamento apresenta suas particularidades.



Mapa 1: Localização de Jardim Alegre e do Assentamento 08 de Abril. Fonte: IBGE/Organizado por: DENEZ, Cleiton Costa (2011).

No Assentamento 08 de abril há territorialidades que fundam a diferença através de uma identidade coletiva que se projeta sobre o espaço. Sob a matriz ideológica do MST, os assentados compartilham de necessidades e objetivos comuns. Antes da ocupação, estas pessoas se identificaram com o movimento pela exclusão do acesso a terra. Compartilhavam, assim, de uma trajetória de vida ligada ao campo, em sua maioria, ou por serem pequenos agricultores, filhos de pequenos agricultores, trabalhadores temporários e etc. Esse passado em comum, antes de se juntarem ao movimento, já é um traço da identidade que essas pessoas possuem e que vão de encontro com as representações criadas pelo MST.

A organização política do Assentamento 08 de Abril segue os padrões do MST, os quais já foram moldados no período de acampamento. O MST se apresenta, nesse sentido, como uma territorialidade que apresenta um papel homogeneizador na apropriação de espaços para a territorialização dos assentamentos. Já o assentamento se configura como uma territorialidade que acontece a partir de suas próprias manifestações, porém, ela é influenciada por outras territorialidades, em um processo de correlação do MST, do Estado, do Município e dos Partidos Políticos que atuam ou influenciam o assentamento.

O PROCESSO RELACIONAL E A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES NO ASSENTAMENTO 8 DE ABRIL

Com a estruturação do acampamento e com a posse da terra pelos acampados, constituindo o assentamento, o sem-terra passou a carregar consigo a história e a marca de um grupo que compartilha. Essa construção humana cheia de abstrações e materialidades sobre o espaço torna-se territorialidade e território. Em Saquet (2009), o território é resultado das territorialidades efetivadas pelo homem e, nesse aspecto, as territorialidades do MST que organizaram a ocupação da Fazenda “Sete Mil” construíram um território. A territorialização é realizada a partir das territorialidades que são sobrepostas a este espaço. O espaço físico ocupado pelo assentamento é o mesmo que era ocupado pela fazenda (figura 22). Então, o que há de diferente nesse espaço delimitado? Há, justamente, uma nova territorialização sobre o mesmo. A partir dessa territorialização os assentados trouxeram consigo uma nova dinâmica territorial, tanto dentro como fora deste espaço delimitado.

Saquet (2009), a partir das reflexões de Dematteis (1997), destaca que no território há relações internas e externas, assim, o assentamento está ligado a outros assentamentos por meio do MST, como está ligado a acampamentos e a cidades vizinhas que mantêm relações com as famílias que o compõe.

Toda essa articulação em rede faz parte da construção de territorialidades, sendo ela relacional e do dia-a-dia, a partir dos diferentes atores, objetos, ações e ambientes que se relacionam. Para que ocorresse a territorialização do “08 de Abril”, já havia territorialidades em gestação, como destaca Saquet (2009): as

territorialidades são relações sociais simétricas ou dissimétricas que produzem historicamente cada território.

As relações construíram a delimitação sobre o espaço ocupado pelo assentamento, sendo relações internas e externas, em um campo de força social, econômico e político. Saquet (2009) lembra que a territorialização se constitui e é substantivada por diferentes temporalidades e territorialidades que se apresentam multidimensionais, plurais e estão em unidades.

Podem ser ressaltados vários elementos que demonstrem a territorialidade ou as territorialidades do Assentamento 08 de Abril.

Territorialidade, porque o assentamento, ao reunir os vários processos e campos de força do seu interior, reflete a sua homogeneidade e, por hora, a sua descontinuidade também. Saquet (2009) lembra que a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significando movimento histórico e relacional. Ao longo do tempo, as formas e os conteúdos do 08 de Abril foram se construindo a partir das relações efetivadas nesse espaço.

As territorialidades poderão ter como resultado a territorialização e, no território, serão o conteúdo, que em diferentes campos de força dará uma característica a este território, diferenciando-o dos demais e dando-lhe uma homogeneidade. Essas territorialidades estarão em constante processualidade, ou seja, elas se modificam com o tempo, a partir das contradições e dos vários campos de forças que se relacionam no interior e fora do território.

A partir das desigualdades e diferenças, pode-se trazer para o debate as territorialidades do assentamento, demonstrar como elas se constroem por meio dos campos de força que as integram. Saquet (2009) destaca que este processo é multidimensional e pode ser detalhado através das desigualdades e das diferenças, sendo unitária por meio das identidades. Os campos de força podem ser notados nos diferentes processos relacionais, como educação, organização sociopolítica e na forma de produção do alimento e produtos para o mercado, bem como nas configurações que empregam no espaço apropriado.

O assentamento não se produz apenas pelos assentados e sim pela correlação de poderes que está envolvido na constituição de um sistema com vários elementos e variantes, que produz as territorialidades e o seu território. Neste

sentindo, destacar a territorialidade do Assentamento 08 de Abril sem mencionar o MST na sua constituição, não é possível, sendo que toda organização política interna do assentamento está estruturada de acordo com as diretrizes do MST. O Estado também se insere na produção das territorialidades por meio de uma conjugação de forças, assim como no modelo: **Estado x MST x Mercado = Assentamento**. Estes elementos estão presentes em todos os assentamentos, porém, em cada deles ocorre de diferentes formas. Tem assentamento em que não há a atuação do MST e o papel do Estado é mais forte e assentamentos em que a atuação do MST é predominante, alterando-se de local para local. Becker (2001) se fundamenta em Lefebvre (1978) sobre “a produção do espaço” pelo Estado:

Após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político – o seu próprio espaço – para exercer o controle social, constituído de normas, leis, hierarquias. Para tanto, impõem sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação. (BECKER, 2001, p. 137).

O Estado exerce influência sobre o território que controla, por meio de um sistema de “conexões e redes”, produzindo o espaço em correlação com outros atores, como proposto nesse trabalho. O mercado, entendido aqui como a iniciativa privada pautada no sistema capitalista que se sustenta através da oferta e procura nos preceitos liberais. Assim há uma “[...] *integração do Estado político com a sociedade civil, [...] (BOBBIO. et al. , 2009. P 401)*”. O mercado dita a manutenção da subsistência das famílias, pois o sistema produtivo impõe normas que influenciam as características que terá cada assentamento, havendo uma contradição entre modelo capitalista e a ideologia do MST. A organização do Estado está presente nos assentamentos através de toda a organização presente de forma macroterritorial. O Estado está nos serviços básicos de toda a organização da sociedade, e no assentamento não é diferente, sendo responsável na produção do espaço, como na readequação de estradas, construção de casas, instalação de energia elétrica e toda a criação de uma infraestrutura que se produz em conjunto das necessidades dos assentados e da cobrança do MST, a partir da coordenação do assentamento.

A estrutura de Estado se faz presente no assentamento também a partir das instituições, como a prefeitura do município de Jardim Alegre e outros órgãos públicos e autarquias, representantes dos governos federal e estadual. Através da atuação, conflitos e contradições entre estes órgãos públicos, o assentamento e o MST é possível compreender a produção da territorialidade do Assentamento 08 de Abril, sendo este o “*Ambiente social (SO)*” que, segundo Raffestin (2009), atua na produção de um sistema, sendo uma das variáveis inclusas no modelo de representação da produção territorial.

O “*ambiente social (SO)*” do assentamento é formado, como já mencionado, pela correlação **Estado x MST x Mercado = Assentamento**. Esta correlação ocorre pela atuação conjunta, contradições e conflitos que produzem o Assentamento 08 de Abril. A partir desta correlação, o ambiente social pode ser interpretado como na atuação dos assentados em eleições, na organização do assentamento, nos núcleos, nas brigadas e também pela ação do Estado nas mais variadas formas no assentamento.

O assentamento, internamente, está estruturado em torno das diretrizes do MST, organizado em núcleos de produção ou núcleos de base e em brigadas. Essa organização possibilita a participação dos assentados nas decisões a partir dos núcleos e das brigadas. Com isso é possível discutir as diversas situações coletivas do assentamento, a partir de cada núcleo que tem seu representante cuja discussão é encaminhada para as respectivas brigadas. Ainda há as reuniões da coordenação com os 59 coordenadores, sendo um coordenador de cada núcleo e, ainda, há a direção, que é formada por 22 dirigentes, sendo um casal de assentados para cada brigada do assentamento.

Há, também, as assembléias formadas pela instância de decisão máxima em que todos participam. Existem ainda os setores de saúde, educação, segurança, cultura e outros, que são responsáveis pela organização de áreas específicas no assentamento. Por exemplo, o coordenador do setor da educação participa de reuniões da escola levando as informações às reuniões da direção do assentamento e também encaminha algumas diretrizes do assentamento à direção das escolas. Com o processo de discussão de informação que ocorre entre as várias instâncias que estão organizadas no assentamento é possível mantê-lo coeso.

No estado há um agrupamento de assentamentos do MST que forma em torno de 32 brigadas estaduais de acordo com informações de um dos dirigentes do assentamento. As brigadas estaduais não representam exatamente um assentamento e sim uma brigada formada por 557 famílias. O assentamento 08 de Abril forma uma brigada, pelo seu tamanho e número de assentados, porém há regiões do estado que são necessários 3 assentamentos para formar uma brigada.

Gaffo (2011) afirma que a organização política do assentamento se apresenta de forma disciplinada quando ela compara as reuniões que ocorrem no assentamento com as de outras organizações e entidades. Esta organização ocorre na estrutura interna do assentamento e se produz de forma externa com as pessoas que os assentados se relacionam.

ALIANÇA PT/ASSENTAMENTO NA ELEIÇÃO DE 2004

Na política do município, no estado e até no país os assentados e a coordenação demonstra uma simpatia pelo PT, ou outros partidos que se declaram de esquerda. Os assentados do “08 de Abril” são eleitores do município de Jardim Alegre e contribuem fortemente para as decisões das eleições, pois contam com aproximadamente 2000 eleitores. Antes da regularização dos títulos, o município de Jardim Alegre não reconhecia ou contribuía de qualquer forma com os acampados da fazenda Corumbataí. A assentada J. M. (2010) conta que, neste período, a área da fazenda estava em negociação e o movimento não tinha como exigir muito do município, até porque não haviam resolvido o problema da área, e ninguém possuía título de eleitor do município. Para a regularização dos títulos de eleitor era necessário um comprovante de residência e como não havia ocorrido a regularização do assentamento, não havia como conseguir o comprovante. Depois de algum tempo a apresentação da conta de energia, J. M. (2010) possibilitou a retirada, na prefeitura, do talão de nota do produtor para cada acampado e, assim, regularizar a situação eleitoral de todos, podendo, inclusive, participar da eleição municipal em 2004.

Neste mesmo ano a conjuntura política de Jardim Alegre levou à formação de dois grupos políticos: um encabeçado por Natal de Souza André (DEM) e outro

por Mauro Oriani (PT). Na eleição de 2004, a direção do assentamento optou por apoiar o candidato Mauro Oriani (PT). D.M.¹ (2010) ressaltou que não vota pelo partido e sim pelas propostas que melhor se adaptam à realidade do assentamento. Já V. B.² (2010) destaca que há um comprometimento maior com o PT que apresenta maior afinidade com o movimento. D. M. (2010) conta como foi para escolher o Mauro Oriani (PT) como candidato do movimento e explica quais critérios foram utilizados: Muitas vezes a gente vota na discussão do assentamento. “Se cada um pega um candidato e vota, depois vai procura ajuda onde? O assentamento apoiou o Mauro. Se a gente precisa brigar hoje, então vamos brigar, se nós colocamos ele lá, nós temos o direito” (D. M., 2010). Para o movimento fazer a opção por determinado candidato ele deve estar afinado com as ideias do assentamento e, antes, há uma intensa discussão sobre suas propostas.

No depoimento de J. M. (2010) há o entendimento que, para o apoio ao candidato a prefeito, é como uma troca de favores, porém, esta cobrança do prefeito eleito é de forma coletiva e aberta, de acordo com as necessidades do assentamento. Marilu Rech (2011), professora da rede estadual, Secretária Municipal de Educação no mandato Oriani (PT) e vice-prefeita no mandato do Pe. José Martins (PTB) relatou que as reivindicações dos assentados eram em torno das principais necessidades do assentamento e de forma aberta à comunidade, sem envolver interesses pessoais.

Através de alguns diálogos constatou-se que a coordenação não fecharia apoio a um candidato que está alinhado com grupos conservadores, isto pelo direcionamento e formação de base que eles receberam do MST. Nessa eleição esta posição esteve presente no embate entre DEM (Democratas) e PT (Partido dos Trabalhadores) que, inclusive o DEM, conforme relatos, não era nem recebido no assentamento. Neste período, os assentados não estavam distribuídos nos lotes, mas sim agrupados na sede da antiga fazenda e traziam consigo o receio em relação aos que eram de fora do assentamento e a grupos que se mostravam contrários ao MST. O DEM nacional carrega uma ideologia ligada a grupos

¹ D.M. *legalização e produção do Assentamento 08 de Abril*. Jardim Alegre-PR, 2 de fevereiro de 2010. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

² V.B. *Política e organização do Assentamento 08 de Abril*. Jardim Alegre-PR, 2 de fevereiro de 2010. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

reacionários, como empresários e grandes proprietários rurais, logo os assentados não aceitaram diálogo com o grupo deste partido de Jardim Alegre. Conforme Rech³ (2011) não se tratava do candidato A ou B e sim da linha partidária de cada candidato e naturalmente os assentados fariam a opção por grupos de esquerda. *“Na época, era bem mais fechado, só recebiam partido de esquerda, não se trata de ser a Neuza ou o Natal, era a linha partidária que tinha que ser de esquerda. Naturalmente eles são alinhados com o PT, e isso no Brasil inteiro”* (RECH, 2011).

Oriani (2011) argumenta que no período de campanha, para receber os candidatos, os assentados se utilizavam de algumas diretrizes, faziam questionamentos sobre as propostas e intenções do grupo político e que o outro grupo não foi autorizado a entrar no assentamento.

O assentado V. B. (2010) falou sobre o processo eleitoral no assentamento dizendo que a liderança toma decisão sobre quem apoia de acordo com propostas que estejam alinhadas com as necessidades do assentamento, porém, não há obrigatoriedade dos assentados votarem no candidato da direção. No período eleitoral há um diálogo com os candidatos, porém, não há abertura para comícios e shows onde só o candidato fala e o eleitor fica ouvindo. Este modelo de campanha não é aceito pela coordenação do assentamento, pois o candidato deve fazer reuniões onde há uma interação com o eleitor.

Com a opção por um candidato, pela direção do movimento, leva a entender que o voto é controlado dentro do assentamento, porém, segundo V. B. (2010) não há obrigatoriedade dos assentados votarem no candidato da coordenação. O que há é um diálogo com os assentados com base nas propostas dos candidatos. Até porque não é proibida a entrada de qualquer candidato no assentamento e nem há como fazer este controle.

Para Rech (2011) a atuação dos assentados, até como uma militância em prol da candidatura de Mauro Oriani (PT), foi essencial para a vitória do grupo. Tanto que, mesmo havendo um preconceito em torno do assentamento e até mesmo em torno do PT, muitas lideranças fizeram questão de ficar com o partido pela fidelidade.

³ RECH, Marilu. *O Assentamento e as eleições de Jardim Alegre*. Jardim Alegre, 3 de Janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

A maior parte dos assentados, na primeira eleição, optou pela candidatura de Mauro Oriani (PT), conforme a direção apontou e Jardim Alegre elegeu o primeiro prefeito do PT. Houve mudanças na estrutura política municipal com a presença do assentamento em Jardim Alegre, um município pequeno com uma população em torno de 13.000 habitantes. Há vários traços que podem definir este município como conservador, o que pode ser concluído por vários relatos sobre o entendimento do MST em Jardim Alegre: *“Eles chegaram aqui em 1997, 13 anos depois ainda existe este preconceito. No primeiro momento, todo mundo é bandido e que vão levar tudo o que nós temos. É preconceito, quando dizem que roubaram as terras”* (RECH, 2011).

Jardim Alegre sofreu mudanças com a presença do assentamento, que ocupa aproximadamente metade de sua área territorial e com uma gama de eleitores, que alterou a dinâmica eleitoral e as relações de poder nas eleições.

Embora o prefeito eleito em 2004 fosse do PT e o assentamento tenha contribuído diretamente para que ocorresse sua eleição, os assentados cobraram o atendimento com reivindicações e pressões nos moldes da organização do MST, fechando a prefeitura de Jardim Alegre através de ocupações. O assentamento, neste período, requeria toda uma infraestrutura, com havia estradas precárias e algumas que nem existiam, onde vários assentados se encontravam e alguns ainda estão isolados em seus lotes com a necessidade de construir pontes, melhorar o transporte escolar e outras necessidades. O assentamento era uma fazenda que se caracterizava por um vazio populacional e necessitava desta estrutura para seu funcionamento. Com a distribuição dos lotes, as 557 famílias se espalharam pela área, mesmo sem condições de acesso e infraestrutura básica.

O assentado V. B. (2010) destacou que, no início do mandato do prefeito Oriani (PT), o assentamento não foi levado em conta, até que a organização do “08 de Abril” resolveu ocupar a prefeitura em 27 de fevereiro de 2007. Cerca de mil assentados ficaram nos arredores da Prefeitura de Jardim Alegre para reivindicar melhorias nas estradas, para o transporte escolar e para o escoamento da safra. Os principais problemas que os assentados alegaram foram a situação intransitável das três principais vias de acesso do assentamento.

Os assentados só deixaram a prefeitura após o prefeito colocar à disposição do assentamento uma patrulha mecanizada, composta por dois caminhões basculantes, uma pá-carregadeira e uma retroescavadeira. V. B. (2010) destacou que até a ocupação da prefeitura o atendimento ao assentamento foi ignorado. “*Ele não acreditava que a gente ia ocupar a prefeitura. E a gente falava que o pessoal viria pra prefeitura. Ele achava que a gente não viria. Mas quando ele viu que o pessoal foi e estava disposto a ocupar, ele abriu mão*” (V. B., 2010).

A direção e os assentados têm como princípio a participação política como forma de resolver as necessidades coletivas do assentamento. Porém, isso não acaba com a eleição, ela se inicia bem antes das eleições, como mencionado. Eles não tinham o direito de participar das eleições, quando acampados, e depois das eleições a reivindicação, a cobrança e as pressões para o atendimento das necessidades do assentamento estão presentes como uma prática do movimento.

Para Oriani⁴ (2011) a ocupação da prefeitura foi salutar, devido à manifestação ter chamado a atenção de outros órgãos públicos como repartições do governo federal e estadual para as necessidades do assentamento. Ainda destacou que o orçamento da prefeitura é escasso para atender todas as demandas e que apoia o movimento em suas reivindicações e até mesmo encaminhou tais reivindicações a outras esferas do poder. Depois da ocupação da prefeitura a liberação de recursos do INCRA contribuiu para a melhoria das estradas e atendimento de parte das reivindicações.

Oriani (2011) destacou que não foi fácil ao assumir a prefeitura de Jardim Alegre, “*nem telefone havia para fazer ligações. Estava tudo cortado por falta de pagamento da antiga administração*”. Lembrou, ainda, das necessidades do assentamento, que era uma área muito grande para atender e não contava com nenhuma estrutura, bem como as dificuldades da burocracia para liberação de qualquer recurso era demasiada.

Por meio das eleições municipais, a estrutura organizacional do assentamento tem utilizado a quantidade expressiva de assentados para fazer valer a expressão e o direcionamento do assentamento nas diretrizes do MST.

⁴ ORIANI, Mauro. *Organização político-social do Assentamento 8 de Abril*. Jardim Alegre, 18 de janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

A aliança e contradições na eleição e mandato do Pe. José Martins x Assentamento

Na eleição de 2008 a Direção do Assentamento optou pela candidatura do Pe. José Martins, do PTB, tendo como vice a Professora Marilú Rech do PT. Os assentados simpatizavam com a Professora Marilu Rech que sempre manteve um contato mais direto. O assentado V.B ressaltou o porquê do apoio à chapa PTB/PT.

O Prefeito Mauro Oriani (PT) não foi para a reeleição e os assentados se diziam sem opção, por não conhecerem o Padre e haver rejeição ao nome da candidata Neuza Pessuti (PMDB). Optaram pelo apoio a candidatura PTB/PT.

De acordo com Rech (2011), durante a campanha, as reuniões políticas ocorriam através da estrutura organizacional do assentamento, percorrendo as brigadas, conversado com as famílias, em mesas redondas nas quais não somente o candidato falava, mas havia um dialogo entre candidatos e eleitores. A chapa encabeçada pelo PMDB não recebeu a mesma atenção da coordenação do assentamento, porém, foi aberto espaço para que a candidata entrasse no assentamento. Rech (2011) explicou que a coordenação, por fazer a opção pela chapa PTB/PT, não usou a estrutura organizacional para convocar e marcar reuniões para o grupo do PMDB.

Os assentados, na composição PTB/PT, ficaram um pouco divididos, porém, contribuíram com a eleição do Pe. José Martins, levando em conta que nesta eleição a diferença foi de 18 votos e o Pe. José Martins (PTB) venceu a eleição para prefeito. Pavan (2011) mencionou que mesmo dividindo um pouco dos votos, ainda assim o assentamento foi decisivo em favor do Padre: *“eu acredito que no assentamento 70% votou no Pe. José Martins. Foi maciço com o prefeito e realmente contribuiu para que o Padre fosse o prefeito”*.

Nessa eleição os assentados conseguiram eleger um vereador do assentamento, dos três candidatos pelo PT, sendo eleito Alfredo Flores. Os assentados consideram importante ter um vereador que represente o assentamento na Câmara. Segundo V. B. (2010) mesmo sendo vereador, Alfredo Flores (PT) tem o núcleo em que participa e tem que cumprir seus deveres, assim como todo assentado. Por ser vereador, ele tem abertura para participar em todas as reuniões

para informar a coordenação do assentamento sobre as decisões do município e para levar até a câmara a posição do assentamento em diferentes situações. V. B. (2010) destaca que Alfredo Flores não é tratado diferente por ser vereador e ele tem um papel no assentamento como qualquer outro assentado.

Os assentados se demonstram participativos em relação a vários setores do assentamento e nas reivindicações. Da mesma forma que ocorreu no mandato do Prefeito Oriani, os assentados reagiram contra algumas medidas da administração do Pe. José Martins (PTB) e ocuparam a Prefeitura novamente no dia 1 de fevereiro de 2010 Segundo Rech (2011), o Padre tem atendido o assentamento da mesma forma que atende o restante do município. De acordo com V. B. (2010) o Padre não acreditava que realmente iriam ocupar a prefeitura, mesmo sendo alertado pela vice Marilu (PT), que tem uma maior afinidade com o assentamento. Não foi levado em conta o aviso e a ocupação ocorreu.

Os assentados protestavam também sobre uma medida da Secretária Municipal de Educação, na escola municipal que funciona no assentamento. A Coordenação mencionou que a Secretária tomou uma decisão que consideram autoritária em relação ao funcionamento da escola e que a maioria dos assentados não concordava. Para Rech (2011) a Secretária levou em conta apenas questões de ordem econômica e muitas vezes estas escolhas não levam em conta a ordem social do assentamento. *“Ela começou a impor, e eles não aceitaram. A prefeitura quer administrar como se fosse uma empresa. Eram medidas econômicas e você sabe que na educação não dá pra olhar apenas a parte econômica”* (RECH, 2011).

A secretária explicou que seguia as orientações do Núcleo Regional de Educação e o que ocorreu na escola do assentamento foi feito em outras escolas do município, não levando em consideração a particularidade da escola do assentamento.

Após a ocupação da prefeitura, segundo V. B. (2010), o prefeito tornou-se mais prestativo, pois os assentados consideram seu trabalho bom em todos os sentidos. O prefeito José Martins já esteve presente no assentamento para reuniões, montando, inclusive, uma equipe com os assentados para negociar junto às secretarias de estado melhorias e projetos para o assentamento. A secretária de

educação destacou que é importante a organização dos assentados e suas reivindicações.

Para Pavan⁵ (2011) é necessário manter um diálogo junto aos assentados, através da coordenação do assentamento, para que os processos de decisão sejam tomados em conjunto com o poder público. Atender o assentamento de forma rígida e sem levar em conta as especificidades desta comunidade compromete este diferencial que ela possui e gera conflitos. Estes conflitos, porém, do ponto de vista dos assentados, são importantes e necessários por demonstrar a sua capacidade de mobilização e articulação para as reivindicações necessárias.

Para alguns moradores de Jardim Alegre estes conflitos perturbam a ordem e as reivindicações para melhorias no assentamento incomodam, alegam que as exigências dos assentados são muitas, diante das possibilidades do município como relata a professora S. Y.⁶:

Por que tem que arrumar só a estrada deles enquanto tem gente que aqui paga para arrumar carreador e maquinário fica quatro ou cinco meses lá? Saúde, por que lá tem um carro só pra eles? Tá certo, é longe, tem lugar lá que nem trator chega, mas também foi uma opção de vida deles. Eles que quiseram viver desse jeito (S. Y., 2011).

Para Pavan (2011), o argumento é de pessoas que não conhecem a realidade do assentamento e o contexto de vida dos assentados, que é de uma vida de dificuldades e de luta para a sobrevivência.

Tem uma conversa assim: “tudo é para assentamento, tudo é para o assentamento”. Não conhecem como é o trabalho deles, não sabem o que foi o sofrimento deles. Até fome eles passaram. Tem famílias que são muito pobres mesmo e eles não têm como tocar a roça e tem alguns que não têm uma mínima estrutura. É uma judiação mesmo, para escoar a produção até sair nas estradas, é muita luta. Luta mesmo para sobreviver! (PAVAN, 2011)

Para a professora S. L.⁷ (2011), quando os assentados começaram a fazer manifestações e até ocupar a prefeitura havia uma rejeição muito grande, mas era

⁵ PAVAN, Niusa. Educação Municipal do Assentamento 08 de Abril. Jardim Alegre, 11 de janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

⁶ S.Y. A educação do Assentamento 08 de Abril. Jardim Alegre, 5 de janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

⁷ S.L. A educação do Assentamento 08 de Abril. Jardim Alegre, 4 de janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

necessário a cobrança dos assentados. Segundo S. L. (2011) ainda seria importante que a sociedade em geral se organizasse para que houvesse uma cobrança da mesma forma que o MST faz para reivindicar as necessidades como educação, saúde e moradia. *“Eles tentam conseguir pelo diálogo, não conseguem, partem para esse lado. Eles vieram pacificamente, ocuparam, não quebraram nada. Se todo mundo fizesse desse jeito iria melhorar, haveria uma mudança”* (S. L., 2011).

S. L. (2011) destacou que a vitória nas eleições do Pe. José Martins ocorreu graças aos assentados e destaca que, pela organização do assentamento, as eleições municipais podem ser influenciadas. Porém, pode ocorrer uma rejeição ao candidato que receber apoio do assentamento por parte de algumas pessoas de Jardim Alegre.

Para S. Y. a rejeição é muito grande em relação ao assentamento e a população da cidade dificilmente votaria em um candidato apoiado por eles. Apesar da organização, a coordenação não exerce tanto poder sobre os assentados e os resultados das eleições já não são influenciados como antes.

Rech (2011) afirma que existe um peso do assentamento para as eleições municipais, mas há uma rejeição por parte de algumas pessoas pelo preconceito que têm da ideologia e organização do assentamento em Jardim Alegre. *“O peso do PT em Jardim Alegre se deve ao assentamento, porém, há uma rejeição por parte de algumas pessoas que sabem que há uma ligação entre o PT e o assentamento”* (RECH, 2011).

Pavan (2011) salientou que as pessoas não têm uma perspectiva e uma formação social para compreender a realidade do assentamento. O assentamento requer toda uma estrutura. Essa é a razão das manifestações e da cobrança que muitos dizem ser exagerada por parte dos assentados. Pavan (2011) ainda lamenta pelas pessoas que não compreendem que os assentados realmente estão trabalhando e produzindo.

As pessoas da cidade de Jardim Alegre ao serem questionadas sobre a força do assentamento, no aspecto político, concordam que cada vez mais haverá maior abertura. Com a distribuição dos lotes, fazendo um processo de dispersão dos assentados e cada um produzindo o seu sustento, segundo os entrevistados, não haverá como a coordenação influenciar tanto os assentados e assim também o

poder político de influência da direção sobre os assentados aos poucos será enfraquecido. Para Pavan (2011), *“eles vão perder muito poder, porque cada um foi para seu lote cuidar da sua vida e não vão ter mais tanto controle mesmo”*. Para S. L. (2011) *“vai se abrir mais porque antes, eles controlavam tudo, eles tinham um poder muito forte”*. S. Y. (2011) concorda com as demais sobre a abertura que tem ocorrido após a distribuição dos lotes: *“já mudaram muito, eles não têm mais aquele controle sobre assentamento, eles estão perdendo a força”*.

A organização social do assentamento é reflexo da macroestrutura do MST que se estruturou em quase todo território brasileiro e também influencia o espaço apropriado pelo “08 de Abril”. Nesse aspecto, a organização política do MST e sua correlação com as estruturas políticas regionais que envolve o assentamento produziram territorialidades. Estas territorialidades se caracterizam com a organização em brigadas e setores, que estruturam o assentamento social e politicamente de forma interna. Esta organização interna permite a articulação de uma política de enfrentamento e reivindicações em torno das necessidades do assentamento. Mobilizações que se expressam a partir de diferentes campos como a mobilização e a ocupação de prédios públicos que os assentados já promoveram várias vezes na Prefeitura de Jardim Alegre. A organização e a expressão massiva do assentamento têm influenciado as estruturas de poder no município de Jardim Alegre por meio dos enfrentamentos. Esses enfrentamentos estão presentes na expansão das ideologias do assentamento que ocorrem inclusive nas eleições na tentativa de eleger representantes do 8 de Abril para a Câmara de vereadores e para a Prefeitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentam-se como territorialidade política do assentamento o direcionamento de esquerda e uma organização pautada na coletividade que se desdobra em alianças com o Partido dos Trabalhadores em Jardim Alegre, partido que só ganhou expressão no município após a presença dos assentados na condição de eleitores do município.

A expressão política do assentamento se dá pela fidelidade dos assentados e também pela organização e estratégia que são frutos do período de mobilização para a conquista da terra. Esta expressão é também geradora de conflitos e principalmente na cidade de Jardim Alegre onde pessoas que têm uma posição radicalmente contra ao assentamento e a ideologia política do MST.

A territorialidade política do assentamento não ocorre apenas por meio da orientação do MST, como em outras discussões, ela sofre influência de atores econômicos e públicos. Assim, o Mercado e o Estado estão presentes junto ao assentamento, organizando-o politicamente a partir de suas perspectivas, assim como faz o MST. O mercado atua no desarranjo político que o MST constrói em torno da coletividade, já que o sistema se estrutura a partir de uma produção individualista. Atua também na desagregação do assentado que tem que se adaptar à forma de produção capitalista e corre o risco de ser tragado por ele. O MST, nessa perspectiva, trabalha para organizar os assentados para o enfretamento do mercado com a formação de cooperativas, para agregar valor à produção dos assentamentos e negociar preços mais justos. O Estado, da mesma forma, atua no interior do assentamento como na escola, ou na organização do assentamento, em lotes e outras estruturas que são criadas e mantidas pelo poder público no “8 de Abril”. Desta maneira, o MST também faz frente ao poder público, ocupando instituições como a escola.

O assentamento é resultado dessa correlação de forças que produz suas características sociais, que se expressam por meio de sua organização interna, pautada no MST, nas instituições públicas presentes no 8 de Abril, em Jardim Alegre, ou estruturas públicas que influenciam os assentados de forma direta ou indireta. E, ainda, por meio do mercado ou sistema capitalista, que se articula atingindo os assentados de forma individual em seus lotes.

REFERÊNCIAS:

BECKER, Bertha K. *Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?* Parcerias Estratégicas - Número 12 - Setembro 2001.

BOBBIO, Norbert. *et al. Dicionário de política*. Brasília: UnB/São Paulo: Imprensa Oficial, 13ªed, 2009.

COTRARA. *PDA: Plano de Desenvolvimento de Assentamento do Oito de Abril*. Santa Maria do Oeste – PR. 2006.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: *Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos*. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p17- 35.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2ªed. 2009.